

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

Tônia Ribeiro da Silva

**UNIVERSIDADE PARA TODOS: DESAFIOS DE UMA POLÍTICA
DEMOCRÁTICA DE EDUCAÇÃO COM INCLUSÃO NA UNIPAMPA**

Pólo Jaguarão
2012

Tônia Ribeiro da Silva

**UNIVERSIDADE PARA TODOS: DESAFIOS DE UMA POLÍTICA
DEMOCRÁTICA DE EDUCAÇÃO COM INCLUSÃO NA UNIPAMPA**

Trabalho de conclusão de curso de
Especialização apresentado ao Programa de
Pós-Graduação em Administração da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Rogério Fae

Pólo Jaguarão
2012

Tônia Ribeiro da Silva

**UNIVERSIDADE PARA TODOS: DESAFIOS DE UMA POLÍTICA
DEMOCRÁTICA DE EDUCAÇÃO COM INCLUSÃO NA UNIPAMPA**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Rogério Fae

Conceito final: B

Aprovado em 12 de maio de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Professora Aurora Carneiro Zen

Professor Guilherme Camara Dorneles

Orientador – Prof. Dr. Rogério Fae – UFRGS

DEDICATÓRIA

*Ao meu primo **Olivério**,
Minha admiração, carinho e respeito.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores, tutores e colegas do Curso de Gestão Pública da UFRGS pela convivência virtual e pela troca de conhecimentos que colaboraram para meu crescimento profissional. Em especial, a minha colega **Malba Antunes** pela cumplicidade e pelos momentos intensos de descontração, amizade, alegria e companheirismo.

EPÍGRAFE

"Deficiente é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino."

(autor desconhecido)

RESUMO

O presente trabalho intitulado “Universidade para todos: desafios de uma política democrática de educação com inclusão na Unipampa” objetiva desenvolver uma análise sobre as políticas e programas de inclusão educacional no âmbito do ensino superior. Sobretudo, analisar se as políticas e programas implementados na Unipampa atendem ao marco legal de regulação e as diretrizes do Ministério da Educação. Traz ainda uma compreensão sobre a definição do conceito de deficiência e sobre a educação inclusiva, além de traçar uma visão sobre a evolução da legislação e findando com a experiência da Unipampa no desenvolvimento de ações com caráter inclusivista. Para isso o trabalho contempla um estudo de caso da realidade da Unipampa, especialmente do Campus Jaguarão, e a pesquisa descritiva qualitativa.

PALAVRAS-CHAVE: inclusão educacional; ensino superior; Unipampa

RESUMEN

El presente trabajo intitulado “Universidad para todos: desafíos de una política democrática de educación con inclusión en Unipampa” objetiva desarrollar un análisis de las políticas y programas de inclusión educacional en el ámbito de enseñanza superior. Sobretudo analizar si las políticas y programas implementados en Unipampa atienden al marco legal de regulación y las directrices del Ministerio de Educación. Trae también una comprensión sobre la definición del concepto de deficiencia y sobre la educación inclusiva, además de trazar una visión sobre la evolución de la legislación y terminando con la experiencia de Unipampa en el desarrollo de acciones con carácter inclusivista. Para eso el trabajo contempla un estudio de caso de la realidad de Unipampa, especialmente del Campus Jaguarão, y la investigación descriptiva cualitativa.

PALABRAS CLAVE: inclusión educacional; enseñanza superior; Unipampa

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

DPEE - Diretoria de Políticas de Educação Especial

MEC - Ministério da Educação

NEE - Necessidades Educacionais Especiais

NiNA - Núcleo de Inclusão e Acessibilidade

NuDE - Núcleo de Desenvolvimento Educacional

PRAEC - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários

SEESP – Secretaria de Educação Especial

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA	14
1.2 OBJETIVOS.....	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	15
1.3 JUSTIFICATIVA.....	16
2 CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA	17
2.1 Definição da deficiência.....	17
2.2 Educação inclusiva no ensino superior: perspectivas e análises	19
3 CONTEXTO HISTÓRICO: POLÍTICAS DE INCLUSÃO	24
3.1 Marco legal de regulamentação das políticas de inclusão	24
3.2 Trajetória das políticas de inclusão: a evolução da legislação	25
3.3 Diretrizes do MEC.....	30
4 PROGRAMAS DE INCLUSÃO EDUCACIONAL NA UNIPAMPA	33
4.1 A Unipampa: estrutura universitária e a gestão das políticas de inclusão.....	33
4.2 Desenvolvimento das ações de inclusão educacional	35
5 METODOLOGIA	40
6 ANÁLISE DE DADOS.....	41
6.1 As entrevistas.....	41
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	49

1. INTRODUÇÃO

A questão da inclusão educacional deixou de ser uma questão tratada apenas no âmbito da escola à medida que pessoas com deficiência tornam-se cada vez mais capazes de superar suas dificuldades e ocupar espaços públicos que antes eram apenas da elite intelectual da sociedade. Sabe-se que essa transformação não é algo que acontece linearmente, no entanto, se dá de acordo com as correlações de forças presentes na sociedade.

Por outro lado, percebe-se no cenário social um avanço do ideário da “sociedade solidária”, “sociedade justa” e “sociedade para todos” como base para consolidação na implementação de políticas públicas universalistas, inclusive as políticas de inclusão.

Mapear os processos inclusivos educacionais dentro do ambiente universitário constitui uma tarefa desafiadora. Muito se produz sobre a inclusão educacional nos espaços escolares, porém pouco se encontra sobre referenciais do tema no sistema de ensino superior. Neste estudo, especialmente, foi preciso se utilizar de algumas referências bibliográficas que trazem experiências de inclusão na escola regular e adequar seus conceitos à realidade do ensino superior. A inclusão educacional no ensino superior é uma construção social recente, e, portanto, reflete na escassa experiência acumulada e pouca publicização sobre o tema.

Para (re)afirmar o quanto é recente o tema da inclusão no ensino superior, em decorrência as poucas produções teóricas sobre, Watzlawick (2011, p. 15) em sua dissertação de mestrado escreve sobre a dificuldade de acesso ao ensino superior devido a pouca oferta de vagas, sobre o ingresso através de vestibular e sobre a resistência da implantação de cotas por ações afirmativas. Aspectos estes que já foram em parte superados, como por exemplo, a ampliação da oferta de vagas no ensino superior que a partir de 2010 adota o SISU (Sistema de Seleção Unificado) como mecanismo de ingresso nas instituições federais de ensino superior e a garantia de cotas para os estudantes com deficiência.

Desde o ano de 2010 a Unipampa adotou o SISU como forma de ingresso e tem recebido estudantes dos mais diversos lugares do país, sobretudo, tem

miscigenado o seu público e ampliado seus cursos de graduação para corresponder as expectativas daqueles que um dia sonharam com a formação acadêmica. Dentre estes, as pessoas com deficiência que têm sido incluídas na Universidade pelo sistema de cotas e desejam encontrar espaços reais de inclusão. Portanto, é necessário de acordo com Watzlawick (2001, p. 15)

...a promoção de ambientes favoráveis, relacionais e de promoção de adaptações e métodos, de materiais e de metodologias, assim como, do próprio ambiente físico, para receber pessoas, apoiando-as e atendendo-as em suas necessidades.

A criação destes espaços favoráveis para atender aos alunos com deficiência que ingressam no ensino superior tem sido um desafio para a Unipampa. É evidente a necessidade de um atendimento especializado aos estudantes com deficiência que ingressam no ensino superior, pois estes caracterizam um público diferenciado dos demais e com demandas bem específicas tanto nas questões de ensino/aprendizagem quanto nos aspectos de sociabilidade. Isto significa dizer que as equipes de profissionais precisam estar atentas para as demandas desses estudantes e oferecer suporte e orientação adequados para a garantia da permanência e sucesso acadêmico deste público. O atendimento aos estudantes se materializa além do método AEE – Atendimento Educacional Especializado, mas também na aproximação dos alunos com deficiência, contato com as famílias e diálogo com a comunidade acadêmica. É preciso oferecer um ambiente facilitador para estes estudantes, onde eles consigam superar as suas limitações e sentirem-se a vontade para expor suas dificuldades.

A Universidade Federal do Pampa é uma instituição de ensino superior implantada numa estrutura *multicampi*, no ano de 2006, em dez diferentes cidades da região do pampa gaúcho. É fruto da política de reestruturação e expansão das universidades federais que visa ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

Diante deste contexto, compreendendo a importância da inclusão educacional no ensino superior como um instrumento central de inclusão social e garantia de direitos é que me proponho a refletir sobre as políticas de inclusão educacional. Com este foco, é que pretendo analisar a forma como estão regulamentados os

programas de inclusão educacional na Unipampa em comparação com o marco legal de regulação das políticas inclusivas educacionais e as diretrizes do Ministério da Educação.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Os programas de inclusão educacional desenvolvidos pela Unipampa estão em conformidade com o marco legal de regulação das políticas inclusivas e as diretrizes do Ministério da Educação?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar se os programas de inclusão educacional desenvolvidos pela Unipampa atendem o marco legal de regulação das políticas inclusivas e as diretrizes do Ministério da Educação.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- caracterizar a definição de deficiência e suas implicações na educação inclusiva;

- identificar os marcos históricos e normativos das políticas de educação inclusiva no ensino superior;

- descrever sobre como se desenvolvem os programas e ações de inclusão educacional na Unipampa;

1.3 JUSTIFICATIVA

A proposta de trabalhar com a inclusão no ensino superior fundamenta-se na necessidade do sistema educacional assumir a tarefa de transformar os modelos de gestão e práticas pedagógicas com intuito de efetivar políticas inclusivas também nas Universidades. A inclusão educacional reflete o momento histórico de um processo de evolução que a sociedade enfrenta em relação à deficiência.

Sobre alguns dos princípios fundamentais para uma cultura inclusiva segundo Costa¹ (*apud* WATZLAWICK, 2011, p. 27):

Respeitar a diversidade e respeitar a singularidade do aprendiz traduz-se na disposição de conhecer a pessoa com deficiência e aprender com ela; a pessoa com deficiência é uma catalisadora de práticas pedagógicas diferenciadas e de valores novos, práticas e valores que contribuem significativamente para a garantia da excelência do ambiente acadêmico; a educação inclusiva propõe uma nova epistemologia, uma epistemologia que considera a complexidade humana e permite às pessoas com deficiência o protagonismo sobre suas carreiras acadêmicas.

Com intuito de analisar como vêm se desenvolvendo os programas e políticas de inclusão educacional na educação superior foi preciso buscar fontes, documentos e dispositivos legais sobre o acesso, a inclusão e a permanência das pessoas com deficiência no ensino superior, para desta forma, estabelecer uma relação com o meu cotidiano e prática de trabalho. A ampliação das políticas de inclusão educacional no panorama educacional brasileiro devem amparar as políticas internas da Universidade e refletir na institucionalização de programas e ações que estejam em conformidade com a legislação e diretrizes do Ministério da Educação.

Nesta perspectiva enquadra-se o presente trabalho, apontando aspectos relevantes da realidade dos programas e políticas de educação inclusiva no ensino superior, especialmente as desenvolvidas na Unipampa, assim como analisar se as ações que correspondem a estes programas atendem ao marco legal de regulação das políticas inclusivas e as diretrizes do Ministério da Educação.

¹COSTA. Elizabete C. Inclusão. **Revista Educação Especial**. Ministério da Educação Especial, ano III, n. 4, 16 a 21 páginas, jun. 2007.

2 CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Neste capítulo vou procurar caracterizar a deficiência baseada nos marcos legais de regulação sobre o conceito e traçar um panorama sobre a educação inclusiva e seus desdobramentos no ensino superior.

Antes mesmo de prosseguir com as análises, gostaria de esclarecer alguns aspectos sobre este trabalho para que possamos – autor e leitor – traçar uma linha de raciocínio e entendimento oportuna em relação ao tema. Primeiro, quanto a exposição do termo “pessoa com deficiência” e “pessoa portadora de deficiência”, usarei a primeira terminologia para me referir a este público por entender que melhor adéqua-se ao contexto, pois, o termo “portador” me parece um tanto árduo para estas pessoas que já carregam tantos estigmas sobre sua condição além de ser uma tendência mundial a extração de tal termo. A Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidades das Pessoas com Deficiência aprovou a mudança do termo numa Assembléia da ONU em 2006, e no Brasil ratificada em Julho de 2008. No entanto, quando houver descrito o termo “pessoa portadora de deficiência” é em decorrência das citações e fontes utilizadas para fundamentar este estudo.

2.1 Definição de deficiência

Para que se possa definir o termo deficiência é necessário recorrer à legislação brasileira e se apropriar de suas definições nos termos desse conceito. Sobretudo, buscar na normativa a referência legal da definição de deficiência.

Nesse sentido, o Decreto n 3.298, de 20 de dezembro de 1999 é importante devido ao grau de esclarecimento sobre o que é definido por deficiência pela legislação brasileira e suas categorias entre outros aspectos relevantes. Esta normatização trata da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e seus preceitos visam assegurar os direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência. Um destaque importante para o artigo terceiro que estabelece o conceito que caracteriza a deficiência.

I – deficiência - toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho da atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

II - deficiência permanente - aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos.

III – incapacidade - uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa perceber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (DECRETO N 3.298 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)

Quanto às categorias de deficiência estas são enunciadas pelo art. 4 nos incisos de I a V, sendo elas, I – deficiência física; II deficiência auditiva; III deficiência visual; IV – deficiência mental; e, V- deficiência múltipla.

Ainda referente à Política Nacional para Integração da Pessoa de Deficiência é interessante falar sobre os seus objetivos que basicamente reiteram a relevância de ações integradas e intersetoriais no sentido de promover o acesso e a garantia de direitos aos deficientes. O que implica necessariamente em ofertar condições de permanência em todos os serviços oferecidos pelo Estado e comunidade, além de promoção de programas específicos que atendam suas necessidades e formação de profissionais para atender a demanda.

A materialização dos direitos sociais configura-se pela intervenção do Estado, através das políticas sociais públicas capazes de responder as demandas sociais da sociedade. É, portanto, neste cenário de luta e reivindicações que surgiram as propostas de legislações que contemplam os direitos dos deficientes como fundamentais na busca de justiça social e eliminação de toda forma de preconceito e discriminação.

No decorrer da história da humanidade as pessoas com deficiência sofriam com os estigmas e pré-conceitos que faziam em torno da sua condição. Segundo Silva (2006, p. 19), os deficientes configuravam “[...] seres que vinham ao mundo para moralizar, fazer com que as pessoas percebessem o que aconteceria com aqueles que rompessem com as regras morais vigentes naquele período.”

Os fenômenos que abarcam a definição do conceito de deficiência são interessantes à medida que podemos compreender a configuração das expressões da questão social que influenciaram no reconhecimento das pessoas com deficiência enquanto cidadãos de direito. A aceitação e rejeição das pessoas com deficiência são atitudes que podem ser observadas até os dias atuais. No entanto, a legislação brasileira vem elaborando mecanismos de conter toda e qualquer forma de exclusão das pessoas com deficiência.

2.2 Educação Inclusiva no ensino superior: perspectivas e análises

O conceito de educação inclusiva abarca a inclusão escolar como também a inclusão social das pessoas no sistema educacional, pois, permite que seja ampliado e garantido o acesso a educação além de elevar o papel do ensino como promotor de valores fundamentais para a construção da cidadania. Para Arnaiz² (*apud* VIANNA, 2010, p. 7)

Um sistema de educação que reconhece o direito a todas as crianças e jovens a compartilharem de um meio ambiente educativo comum em que todos sejam valorizados por igual, com independência das diferenças percebidas quanto à capacidade, sexo, classe social, etnia ou estilo de aprendizagem.

A educação inclusiva possui a perspectiva de que todos os alunos, incluindo os portadores de deficiência, deverão ser beneficiados com um processo de ensino/aprendizagem adequado as suas condições.

É necessário cotejar um olhar sobre as práticas pedagógicas de ensino/aprendizagem para os “normais” e incorporar uma transformação didática com enfoque inclusivo. É fundamental que isso ocorra para que possamos oferecer condições iguais de formação para todos.

²ARNAIZ, P.S. **Las Escoelas son para todos**. Siglo Cero, 1996.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994, p. 3), “qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados”. Para tanto, *faz-se* indispensável que os profissionais que trabalham na área da educação conheçam a legislação vigente sobre educação inclusiva, estejam dispostos a enfrentar barreiras e desafios na transformação das práticas pedagógicas, além de estarem atentos as políticas públicas e aos programas desenvolvidos pela instituição e pela rede sobre a temática.

A tendência em política social durante as duas últimas décadas tem sido a de promover integração e participação e de combater a exclusão. Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. Dentro do campo da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

Segundo Prieto (2006, p. 34) há dois tipos de propostas de educação especial, o primeiro que parte da premissa que a educação deve ser ofertada no conjunto de serviços e ações dirigidas para todos os sujeitos, atendendo a totalidade do público sem privilegiar nenhum aluno por sua condição. A outra proposta entende que deve-se ofertar um conjunto de serviços especializados para os alunos com deficiência, pois o ensino comum muitas vezes não contempla as demandas desse público. No entanto, é importante dizer que esses serviços especializados podem ser realizados nas classes regulares de ensino, dessa forma, não sendo necessário segregar esses alunos para espaços de atendimento isolados. No entendimento de Prieto (2006, p. 35)

O planejamento e a implantação de políticas educacionais para atender a alunos com necessidades educacionais especiais requerem domínio conceitual sobre inclusão escolar e sobre as solicitações decorrentes de sua adoção enquanto princípio ético-político, bem como a clara definição dos princípios e diretrizes nos planos e programas elaborados, permitindo a (re)definição dos papéis da educação especial e do locus do atendimento desse aluno.

A proposta da educação inclusiva exige num primeiro passo uma mudança no modelo de gestão e práticas cotidianas dos atores envolvidos neste processo. A qualificação dos profissionais que trabalham com a educação inclusiva é extremamente necessária para o sucesso das ações. As diferentes formas que têm

sido utilizadas para incluir jovens com deficiência no ensino superior ainda parecem carecer de instrumentos metodológicos norteadores de ações efetivas e eficientes. A evasão, abandono e dificuldade de aprendizagem têm sido indicadores da necessidade da incorporação permanente de ações investigativas e propositivas na sistematização dos programas e políticas inclusivas.

As propostas e ações atuais muitas vezes não contemplam a realidade dos estudantes que precisam de condições especializadas – afirmando a perspectiva inclusiva – para a obtenção de sucesso acadêmico e de formação profissional.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva rompe com os propósitos tradicionais que fundamentam-se na ideia de homogeneização e afirma o princípio da igualdade e da diferença.

A política de ações afirmativas é a garantia de acesso a um direito constitucional e social que é a educação. Neste sentido, novas formas de organização dos programas e ações inclusivas nas universidades são importantes e devem ser considerados nos projetos político pedagógico dos cursos.

A educação inclusiva pressupõe que haja um trabalho interdisciplinar e integrado de equipes. Garantir os direitos dos alunos com deficiência para que possam superar as barreiras da exclusão e preconceito e ingressar no ensino superior e ter sucesso acadêmico deve ser premissa principal dessas equipes.

Cada vez que se cria um novo equipamento tecnológico ou se supera uma barreira cultural, as pessoas ganham espaço em sociedade e as pessoas com deficiência, antes estigmatizadas, não mais se limitam, pois se verifica que a limitação não está nelas, e sim na capacidade da humanidade em lhe proporcionar oportunidades. Esta é a importância da ideia de sociedade inclusiva: a igualdade na incorporação da diferença. (FONSECA³, 2006 *apud* SILVA, 2009, p.35).

Durante décadas, as universidades foram espaços das elites intelectuais que acreditavam deter o conhecimento.

³FONSECA. R.T.M. **Os direitos humanos da pessoa com deficiência no mercado de trabalho**. Porto Alegre. CORAG: 2006.

Com a ampliação de vagas no ensino público superior e a garantia das políticas afirmativas marcaram definitivamente a democratização do acesso ao ensino e miscigenou o público universitário. Este é um excelente exemplo de política social com vistas à justiça social.

Conforme a Declaração de Salamanca (1994, p. 9), “a aquisição de conhecimento não é somente uma questão de instrução formal e teórica”. Essa citação remete novamente a importância da transformação dos processos de ensino/aprendizagem e flexibilização curricular, pois, essa mudança é o caminho para o sucesso da educação inclusiva em quaisquer níveis de escolarização. É nesse sentido que a Política Nacional de Educação Especial (2007) configura

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultura, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando em nenhum tipo de discriminação.

Os espaços universitários possuem relevância social expressa pelo fortalecimento da cidadania e disseminação do conhecimento. Os profissionais inseridos nesse contexto devem contribuir para o ingresso, permanência e condições de igualdade aos estudantes com deficiência. Existe uma diferença significativa entre integrar as pessoas com deficiência no grupo e incluir as pessoas com deficiência nos espaços e fortalecer os vínculos de sociabilidade e respeito. Para que nossas ações sejam bem sucedidas na educação inclusiva é importante que todos profissionais estejam conscientes do desafio e empenhados em se capacitar para trabalhar com essa demanda que cresce a cada dia.

A presença duma Universidade numa cidade traz muitos aspectos positivos, entre eles, a possibilidade de formação continuada para professores da rede escolar. Entendo que a transformação do processo ensino/aprendizagem começa na escola e é a própria que dissemina suas práticas para os demais espaços educacionais.

Universidades possuem um papel majoritário no sentido de aconselhamento no processo de desenvolvimento da educação especial, especialmente no que diz respeito à pesquisa, avaliação, preparação de formadores de professores e desenvolvimento de programas e materiais de treinamento. Redes de trabalho entre universidades e instituições de aprendizagem superior em países desenvolvidos e em desenvolvimento deveriam ser promovidas. A ligação entre pesquisa e treinamento neste sentido é de grande significado. Também é muito importante o envolvimento ativo de pessoas portadoras de deficiência em pesquisa e em treinamento para que se assegure que suas perspectivas sejam completamente levadas em consideração. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

Portanto, acredito que se complementam as contribuições das universidades com as escolas e vice-versa. Mas, é preciso atentar que não podemos entender esse movimento como prática exclusiva dos professores, o envolvimento de outros profissionais que trabalham na área da educação é fundamental. A equipe de apoio pedagógico e social, a utilização de recursos didáticos e novas tecnologias contribuem muito para que a educação inclusiva tenha seu espaço garantido nas nossas instituições.

Segundo Mantoan (2006, p.17), o desafio maior da educação inclusiva é a busca de estratégias e resultados que respondam à questão do acesso e da permanência dos alunos nos ambientes educacionais. Nesse sentido, a autora ainda traz um aspecto muito relevante no que tange ao atendimento feito as pessoas com deficiência. Seus estudos dizem que os processos inclusivos deverão propor desigualdade de tratamento para aqueles que possuem deficiência, pois, só desta forma poderemos restituir a igualdade. Essa tese é baseada na premissa de *Hannah Arendt* que entende como exclusão o tratamento igual para os diferentes. A partir do momento que negamos as especificidades dos sujeitos rompemos com o paradigma da diferença.

3 CONTEXTO HISTÓRICO: POLÍTICAS DE INCLUSÃO

Resgatar no contexto da trajetória histórica os acontecimentos que culminaram na criação de políticas de inclusão educacional abrange pontuar períodos e fatos importantes para compreensão da evolução do tema, e, sobretudo resgatar aspectos normativos que regulamentam o surgimento destas políticas.

3.1 Marco Legal de regulamentação das políticas de inclusão

A legislação, a implantação de políticas públicas e os programas institucionais regulamentam os pressupostos legais das políticas de inclusão educacional e dispõem sobre os mais diversos fins para garantia de direitos das pessoas com deficiência. Ou seja, a proposta de educação inclusiva como direito das pessoas com deficiência deve basear-se nos marcos legais de regulamentação das políticas inclusivas educacionais.

A legislação brasileira abrange uma gama vasta de regulação dos direitos das pessoas com deficiência. Percebe-se que o Estado brasileiro na emergência de dar respostas as inquietudes dos grupos socialmente excluídos ao longo de décadas buscou avançar efetivamente na construção de leis capazes de ter impacto positivo sobre a melhoria das condições de vida das pessoas com deficiência.

A legislação é, sem duvida um instrumento político e social de natureza mandatária. Em países em desenvolvimento, como o nosso, esta característica não tem prevalecido. Não nos faltam leis ou artigos em leis que garantam os direitos das pessoas portadoras de deficiência. Nosso problema não reside na inexistência de leis; pelo contrário. Ou, como “ a linguagem dos direitos(...)se torna enganadora se obscurecer ou ocultar a diferença entre direito reivindicado e o direito reconhecido e protegido.(CARVALHO, p. 31, 2004)

Nesse ambiente de avanço da legislação e de comprometimento do Estado com as políticas sociais de inclusão, além da intensa participação da sociedade na definição de rumos e prioridades para com as políticas destinadas as pessoas com deficiência que começaram os primeiros passos em direção ao atendimento das necessidades fundamentais da cidadania.

Os marcos legais que fortalecem a estrutura pública de garantia de direitos as pessoas com deficiência são compostos por leis, decretos, resoluções, portarias, parecer entre outros.

3.2 Trajetória das Políticas Inclusivas Educacionais: a evolução da legislação

Em 1973 o MEC criou o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP que se tornou a instituição gestora da educação especial no país com princípios integracionistas e com ações educacionais direcionadas as pessoas com deficiência, haviam iniciativas de ações educacionais especializadas direcionadas para os portadores de deficiência porém ainda com viés de campanhas assistenciais e medidas isoladas do estado. Nesse sentido, não é possível identificar a existência de políticas públicas universais na área da inclusão, tão somente se identifica a prática de “políticas especiais”.

Já em 1981, no Brasil, é criada pelo Conselho Federal de Educação a Resolução n. 2 de 24 de fevereiro, que dá direito as pessoas com deficiência a dilatação dos prazos para conclusão do curso de graduação.

Art. 1. Ficam as Universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior autorizados a conceder dilatação do prazo máximo estabelecidos para conclusão de curso de graduação que estejam cursando, os alunos portadores de deficiências físicas, afecções congênitas ou adquiridas que importem na limitação de capacidade de aprendizagem.

É importante ressaltar que já naquele período, início da década de 80, havia uma preocupação com a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior e que a conclusão dos estudos e a permanência nas instituições dependiam de medidas que proporcionassem condições justas àquelas pessoas que apresentavam necessidade de tratamento diferenciado para o sucesso acadêmico.

Com a Constituição Federal de 1988 inaugura-se um marco histórico na busca pela igualdade, respeito à diversidade e reconhecimento dos direitos humanos como premissa central de uma sociedade justa e democrática. Na carta magna, um dos seus objetivos fundamentais (art. 3º, inciso IV) é a promoção do bem para todos, sem o preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e outra forma de

discriminação. Os artigos 205 e 206 são definidores da garantia de educação como direito de todos, o exercício da cidadania e a qualificação profissional assim como a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. Neste sentido, podemos estender também a condição de acesso e permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior.

A partir da década de 90 começa a integrar na agenda a temática da educação inclusiva, foi nesse período que houve a Conferência Mundial de Educação para Todos na cidade de *Jontiem* na Tailândia. O assunto foi debatido por muitos conferencistas que acreditavam na educação inclusiva como mecanismo de inserção social.

Dois documentos importantes no planejamento das políticas públicas de educação inclusiva são a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994). A Declaração de Salamanca é o resultado da Conferência Mundial da Educação Especial realizada na cidade de Salamanca, na Espanha, entre 7 e 10 de Junho de 1994. Os delegados que representavam os 88 governos que e 25 organizações internacionais que se fizeram presente no evento deliberaram sobre diversas questões que envolvem a educação especial, afirmando o direito a educação para todos. Em relação aos aspectos relevantes da educação inclusiva no ensino superior o documento ressalta a importância de

...estimular a comunidade acadêmica no sentido de fortalecer pesquisa, redes de trabalho e o estabelecimento de centros regionais de informação e documentação e da mesma forma, a servir de exemplo em tais atividades e na disseminação dos resultados específicos e dos progressos alcançados em cada país no sentido de realizar o que almeja a presente Declaração. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

Em 1994, o então presidente do Brasil Itamar Franco, sanciona a Lei n 8.859 que estende o direito a participação em atividades de estágio as pessoas com deficiência.

Art. 1º As pessoas jurídicas de Direito Privado, os órgãos de Administração Pública e as Instituições de Ensino podem aceitar, como estagiários, os alunos regularmente matriculados em cursos vinculados ao ensino público e particular.

§ 1º os alunos a que se refere o caput deste artigo devem, comprovadamente, estar freqüentando cursos de nível superior, profissionalizante de 2º grau, ou escolas de educação especial.

§ 2º o estágio somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação do estagiário, devendo o aluno estar em condições de realizar o estágio, segundo o disposto na regulamentação da presente Lei.

§ 3º Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares.

Logo em 1996, é publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394) que é considerada um avanço em termos de concepção dos princípios e pressupostos fundamentais da educação. Dispõe sobre a definição de educação:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

É também nesta mesma lei que está assegurada as pessoas com deficiência as condições básicas para o direito ao ingresso e a permanência nas instituições de ensino.

Art. 59º Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

A Convenção da Guatemala foi realizada em 1999, no Brasil teve reconhecimento através do pelo Decreto n 3.956/2001, onde consta a igualdade de direitos humanos e liberdades fundamentais entre as pessoas com deficiência e as demais pessoas, desta forma afirmando como atos discriminatórios todos aqueles que excluem e/ou anulem o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Este decreto é um passo importante para romper com os obstáculos do acesso à educação e de certa maneira promove um novo olhar sobre a educação especial quando traz em tela a importância do respeito à diferença e garantia de direitos.

Ainda nesse mesmo período, no Brasil foi definido o Decreto 3.298 de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de

Deficiência conforme já mencionado no primeiro capítulo deste trabalho. Sobre o acesso à educação, especialmente ao acesso ao ensino superior, o Capítulo VII, Seção II, artigo 27 exprime:

Art. 27º As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização de provas, conforme características da deficiência.

§ 1º As disposições deste artigo aplicam-se, também, ao sistema geral do processo seletivo para o ingresso em cursos universitários de instituições de ensino superior.

§ 2º O Ministério da Educação, no âmbito de sua competência, expedirá instruções para que os programas de educação superior incluam nos seus currículos conteúdos, itens ou disciplinas relacionadas à pessoa portadora de deficiência.

Em 2003, no Brasil a Lei 10.436 reconhece a língua brasileira de sinais (LIBRAS), juntamente com este avanço o Ministério da Educação (MEC) lança o Programa Educação Inclusiva. Isso demonstra o progresso da legislação brasileira, no entanto, nos remete a pensar se apesar de tanto progresso legal será que conseguimos desenvolver práticas inclusivas de fato. Neste aspecto, me refiro aos mecanismos e atitudes inclusivas que nossas instituições públicas têm utilizado para inserir pessoas com deficiência no contexto universitário. As Universidades são ambientes que compreendem um universo de diversidade, da diferença, do plural e do singular, como o próprio nome já diz, porém ainda estão tropeçando em seus próprios arcabouços. Acredito que as escolas de ensino infantil, fundamental e médio muito têm à frente das universidades na questão da educação inclusiva.

Na década de 2000 houve avanços significativos no que tange a educação inclusiva, no ano de 2003 o MEC implementa o Programa Educação Inclusiva que visa a promoção da transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos. Além de ser um programa que prevê direito à diversidade e capacitação de gestores e educadores com vistas a garantia do acesso a escolarização, atendimento educacional especializado e acessibilidade.

Sete anos depois da publicação da Lei 8.859 de 23 de Março de 1994, que já foi citada acima, foi reforçada e aperfeiçoada pela Portaria n. 8 de 23 de Janeiro de 2001, que atualizou e consolidou procedimentos operacionais para garantir o direito das pessoas com deficiência matriculadas em instituições de ensino superior e outros a realizar atividades de estágio.

Art. 1º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação, podem aceitar, como estagiários, pelo prazo máximo de vinte e quatro meses, alunos regularmente matriculados e que venham freqüentando, efetivamente, cursos de educação superior, de ensino médio, de educação profissional de nível médio ou de educação especial, vinculados à estrutura do ensino público e particular, oficiais ou reconhecidos.

§ 1º O estágio, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino e controlado pela unidade de recursos humanos do órgão ou entidade solicitante, será planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos e deverá propiciar complementação de ensino e aprendizagem aos estudantes, constituindo-se em instrumento de integração, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

§ 2º Somente poderão ser aceitos estudantes de cursos cujas áreas estejam relacionadas diretamente com as atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pelo órgão ou entidade nos quais se realizar o estágio.

Na sequência, nos anos de 2002 e 2003, o Governo Federal teve a preocupação em adaptar formas de inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior. A Portaria n 2.678 de 24 de setembro de 2002, adota uma política de diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille.

Art. 1º Aprovar o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e recomendar o seu uso em todo o território nacional, na forma da publicação Classificação Decimal Universal - CDU 376.352 deste Ministério, a partir de 01 de janeiro de 2003.

No ano seguinte, a Portaria 3.284 de 7 de novembro, com intuito de assegurar as pessoas com deficiência física e sensorial o acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino.

Art. 1º o Determinar que sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de autorização e reconhecimento e de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para renovação, conforme as normas em vigor, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Entre 2003 e 2005, registra-se através do Censo da Educação Especial que o número de alunos saltou de 5.078 para 11.999, ou seja, um aumento de 136%. Estes números tendem a seguir numa crescente tendo em vista o aumento de matrículas de pessoas com deficiência em classes regulares de ensino, além da evolução dos processos de ensino/aprendizagem nas escolas que tendem a promover a valorização do conhecimento e as habilidades das pessoas com

deficiência. Em consonância, as ações afirmativas na educação superior que têm permitido a estas pessoas o acesso através de cotas. (MEC/SEESP)

Já em 2006, a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU define que todos os estados devem garantir a educação inclusiva nos seus sistemas educacionais. No ano seguinte o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE é lançado para garantir aspectos relevantes no desenvolvimento da educação inclusiva, como formação de professores para educação especial, presença de salas de recursos multifuncionais nos espaços educacionais, acessibilidade arquitetônica das construções dos espaços educacionais, acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior entre outros. Nesse sentido, é preciso ressaltar que é uma das primeiras diretrizes que suscita o ensino superior como espaço de inclusão das pessoas com deficiência. É um avanço importante, sem dúvida, mas um tanto tardio quando comparado as iniciativas e ações de educação inclusiva nos espaços escolares.

3.3 Diretrizes do MEC

O Ministério da Educação - MEC tem os princípios da inclusão como orientadores das suas políticas públicas, abaixo alguns dos programas que integram as políticas de educação inclusiva:

Programa Escola Acessível, da Secretaria de Educação Especial; busca adequar o espaço físico das escolas estaduais e municipais, a fim de promover acessibilidade nas redes públicas de ensino.

Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade; promove a formação continuada de gestores e educadores das redes estaduais e municipais de ensino para que sejam capazes de oferecer educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir); propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que irá ser relatado posteriormente.

Um destaque especial para o Programa Incluir devido a sua relevância e também por ser um norteador das políticas de educação inclusiva no ensino superior. Além de objetivar o surgimento de núcleos de acessibilidade nas IFES o programa visa ações que garantam as pessoas com deficiência o acesso ao ensino

superior, eliminando os obstáculos comportamentais, pedagógicos, de comunicação e as condições arquitetônicas.

Desde 2005, o programa lança editais com a finalidade de apoiar projetos de criação ou reestruturação desses núcleos nas IFES. Os núcleos melhoram o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas. (Programa Incluir – MEC)

Basicamente os núcleos têm o desafio de promover a integração dos estudantes com deficiência no espaço educacional, superando todas as formas de dificuldade que este público enfrentar. O Programa Incluir oferece apoio financeiro para as instituições que encaminham propostas de trabalho e estão em conformidade com as exigências de participação no programa.

A Unipampa participou pela primeira vez do edital do Programa Incluir em 2007 através do edital 04/2007 – INCLUIR/MEC. A primeira proposta contemplava a preocupação em minimizar os fatores que influenciam no acesso à vida acadêmica dos estudantes com deficiência, especialmente na questão relacionada ao processo de ensino/aprendizagem. Já no ano de 2009 a Unipampa foi contemplada com a garantia de recursos do edital 04/2009 – INCLUIR/MEC apresentou uma proposta mais incisiva na oferta de Atendimento Educacional Especializado – AEE.

O MEC tem investido nas políticas de educação inclusiva na perspectiva que a educação é um direito de todos e deve ser baseada na valorização das diferenças.

A Secretaria de Educação Especial tem afirmado a concepção de educação inclusiva, fundamentada no princípio da atenção à diversidade e educação de qualidade para todos. Considerando o paradigma da inclusão, a perspectiva é a garantia do acesso à educação, a melhoria das condições de aprendizagem e a participação de todos os alunos. (MEC/SEESP)

Na estrutura organizacional do MEC encontra-se a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado a valorização das diferenças e da diversidade, a promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade sócio-ambiental visando a efetivação de políticas públicas transversais e interssetoriais. Dentro dessa estrutura está posto a Diretoria de Políticas de Educação Especial – DPEE que desenvolve o programa Acessibilidade à Educação Superior que tem por finalidade a inclusão de estudantes

com deficiência no ensino superior. As ações deste programa visam à aquisição de recursos de tecnologia assistiva, materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, adequação de mobiliários para acessibilidade.

Desde que a Unipampa aderiu ao Programa Incluir do MEC, a Universidade passou a receber recursos para desenvolver as suas propostas e programas de inclusão educacional. Foi possível realizar compra de materiais e equipamentos para serem distribuídos nos Campi com a finalidade de atender as demandas dos alunos com deficiência. Dentre eles, a compra de notebooks, impressora Braille, lupas eletrônicas, mesas adequadas para alunos que utilizam cadeira de rodas, gravador digital, calculadora sonora, sólidos geométricos, aquisição de licença de software de leitor de tela, fone de ouvido com microfone, entre outros. Todas estas aquisições contemplam os dez diferentes *campi* desta Universidade e também a PRAEC.

No entanto, o desafio maior não é a forma como é possível adquirir tais materiais e equipamentos, mas sim na instrumentalização dos profissionais que irão atender as demandas dos alunos com deficiência. Manusear equipamentos como estes requer um conhecimento prévio e habilidades específicas. É preciso capacitar os profissionais, além de disseminar os conhecimentos técnicos e científicos produzidos nesta área.

4 PROGRAMAS DE INCLUSÃO EDUCACIONAL NA UNIPAMPA

Os programas de inclusão educacional na Unipampa são iniciativas pertinentes e ousadas no sentido de promover o acesso e a permanência das pessoas com deficiência no ensino superior.

4.1A Unipampa: estrutura universitária e a gestão das políticas de inclusão educacional

A Universidade Federal do Pampa – Unipampa foi criada em 2008 com intuito de atender uma região historicamente desfavorecida economicamente e socialmente. Está estruturada de forma *multicampi* em dez cidades do pampa gaúcho, são elas: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. É resultado da política de ampliação e renovação das instituições federais de ensino superior. Possui gestão descentralizada e participativa.

Na cidade de Bagé – RS é o local onde está alocada a reitoria em seus órgãos auxiliares. As pró-reitorias estão distribuídas em alguns dos campi que integram esta estrutura. Especialmente, a pró-reitoria que trata sobre os assuntos estudantis está situada na cidade de São Borja – RS, no extremo oeste da região do pampa. É, portanto, na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários – PRAEC que se planejam e elaboram as políticas e programas de assistência estudantil, sobretudo, aqueles que contemplam a permanência do estudante na nossa Universidade. A inclusão constitui um eixo estratégico das políticas de assistência estudantil da Universidade. Os campi são locais privilegiados na experiência da execução das políticas e dos programas de inclusão, pois, é na vivência cotidiana entre as equipes e os estudantes que se materializam as propostas de inclusão educacional.

O Projeto Institucional (2009, p. 40) descreve a concepção da política de assistência estudantil como sendo “Os pressupostos balizadores da democratização do ensino superior nas universidades brasileiras devem consagrar a ampliação do acesso e das condições de permanência do estudante.”

É no contexto das políticas de assistência estudantil que está posto o princípio do direito à educação superior Para Todos, com inclusão universitária plena até mesmo dos grupos que historicamente estiveram à margem do direito ao ensino público universitário. Somando-se a isto, o Projeto Institucional prevê o acompanhamento do desenvolvimento acadêmico para os estudantes desde o ingresso até a formação dos estudantes que ingressaram através de ações afirmativas.

O quarto objetivo descrito no Projeto Institucional (2009, p.44) que faz parte da Política de Assistência Estudantil traz o seguinte:

OBJETIVO 4 – Colaborar na institucionalização da política de educação inclusiva e de garantia do cumprimento do direito à educação superior dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

Estratégias:

Criação de um sistema de monitoramento e avaliação do desempenho acadêmico dos alunos com necessidades educacionais especiais;

Articulação com o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade – NINA;

Sensibilização da comunidade universitária sobre as questões que envolvam os estudantes em situação psicossocial e pedagógica que requerem necessidades educacionais especiais;

Integração e apoio às campanhas permanentes de conscientização sobre a inclusão dos cidadãos com necessidades especiais.

Metas:

Sugerir a criação de um sistema de monitoramento anual, para avaliar o desempenho acadêmico dos estudantes com necessidades educacionais especiais;

Formular, a partir de 2009, ações integradas com o NINA, para a qualificação do atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais, propondo a criação de uma coordenadoria de apoio pedagógico inclusivo, vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários;

Apoiar, a partir de 2009, todas as práticas e eventos orientados pelo NINA;

A partir de 2009, integrar campanhas de inclusão dos cidadãos com necessidades especiais, desencadeadas na região da Unipampa.

Nos campi estão estruturados os setores de referência para as atividades de inclusão que são os Núcleos de Desenvolvimento Educacional – NuDE e também constituídas as equipes locais do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade – NINA.

O NuDE é um setor institucional que está em processo de reconhecimento na estrutura organizacional universitária sendo composto basicamente - com variações de campi para campi - de Assistentes Sociais, Pedagogos, Técnico em Assuntos Educacionais e Fonoaudiólogos. Infelizmente, a equipe não conta com a presença de psicólogos, pois, a gestão desta universidade entende que atendimento clínico psicológico deve ser feito na rede de saúde pública. No entanto, nas cidades

fronteiriças onde estão localizados os Campi a saúde pública é deficitária e não consegue suprir a demanda de atendimentos na área. Esbarramos no paradoxo de oferecer condições de igualdade para nossos estudantes com deficiência, mas ao mesmo tempo com limitações de profissionais que podem contribuir com o acompanhamento e permanência dos alunos que necessitam ser atendidos. Isto obviamente não deveria ser motivo para evasão e fracasso acadêmico, porém tenho presenciado cotidianamente situações de abandono em decorrência da falta de suporte psicológico dentro do espaço institucional. Muito embora seja importante salientar que a proposta da educação inclusiva tem o foco na pessoa com deficiência e não nas pessoas com transtornos psicológicos. Os psicólogos neste caso seriam grande aliados para trabalhar com a demanda dos alunos com deficiência, por estarem preparados a lidar com as situações problema decorrentes dos processos de exclusão e aceitação da deficiência.

Têm-se constituído um desafio para as equipes de trabalho da Unipampa, por exemplo, em efetivar práticas pedagógicas e sociais de inclusão aos estudantes com deficiência, visto que, trabalhamos numa estrutura *multicampi* e de gestão descentralizada onde o planejamento das ações e a gestão dos recursos é feita por órgãos de reitoria e a execução das atividades é realizada pelos *campi*.

4.2 Desenvolvimento das Ações de Inclusão Educacional

Na Unipampa, as equipes de profissionais do NuDE nos *Campi* estão constantemente em contato com os estudantes com deficiência, promovendo desde a acolhida até o acompanhamento destes alunos na sua trajetória acadêmica. No entanto, infelizmente alguns desses jovens evadem antes mesmo que seja possível detectar qual motivo da desistência e/ou abandono do curso. Atribuo esse fato à falta de interação e socialização de informações entre os professores e equipe técnica de apoio pedagógico e social. É exatamente nesse ponto que o Programa NInA em Rede deveria atuar, cobrando compromisso e responsabilidade também dos docentes na execução do Atendimento Educacional Especializado – AEE, no acompanhamento de estudantes com dificuldade de aprendizagem e na troca de experiências com as equipes de apoio (NuDE). Não é possível vislumbrar um

trabalho qualificado sem que haja cooperação de todos que estão imbricados nesse processo dentro da instituição e também do estudante e sua família. Mesmo falando de ensino superior, quando trata-se de aluno com deficiência a presença da família pode tornar-se fator primordial na orientação do trabalho da equipe. Os familiares são parceiros privilegiados, pois, convivem com o aluno e, portanto, têm condições de oferecer informações valiosas sobre a conduta e necessidade deste estudante de acordo com a complexidade da sua deficiência.

O NInA é um núcleo que foi criado no ano de 2007 pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários – PRAEC após a Universidade participado e ter sido aprovada sua proposta pelo edital do Programa Incluir – MEC do mesmo ano. O núcleo tem como objetivo promover educação inclusiva que assegure os alunos com deficiência o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico. Tem como base de trabalho o Atendimento Educacional Especializado – AEE aos alunos que possuem dificuldade ou necessidades educacionais especiais (NEE) buscando adequar os processos de ensino/aprendizagem durante o trajeto acadêmico. A composição dos núcleos difere em cada Campus, mas basicamente é composta pelas equipes dos NuDE que já estão imbricadas nesse processo.

As ações do NInA são direcionadas aos docentes, monitores, orientadores e alunos, especialmente os que apresentam necessidade educacional especial, entre elas, deficiência auditiva ou surdez, deficiência visual: baixa visão ou cegueira, deficiência física e/ou motora e altas habilidades/superdotação.

Estes núcleos possuem competências específicas que se materializam em identificar, traçar um planejamento do ingresso, da permanência e da formação dos acadêmicos com deficiência e outras necessidades educacionais especiais; realizar levantamento das condições de infraestrutura e acessibilidade para proposição de adequações nas várias áreas dos campi da Unipampa; criar mecanismo que ofereça a flexibilização e inovação dos componentes curriculares nos cursos da Unipampa; desenvolver ações de sensibilização, orientação e formação para alunos, docentes e técnicos administrativos consolidando a política de educação inclusiva na instituição.

O Núcleo deve funcionar como um norteador e fomentador de ações pedagógicas e sociais na perspectiva da educação inclusiva, sendo uma estrutura de referência institucional para aqueles que dela necessitam.

Percebendo a dificuldade de operacionalização do NinA nos diferentes campi para realização de um trabalho efetivo, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários - PRAEC propôs o Projeto NInA em Rede que visa facilitar a articulação entre as equipes de trabalho. Entendeu-se que é preciso manter uma equipe coesa e com propostas alinhadas a política institucional para garantia da permanência e sucesso acadêmico dos estudantes. (PI, 2009)

A equipe da PRAEC e os integrantes do NInA no ano de 2010 promoveram palestras itinerantes nos *campi* com intuito de sensibilizar e fortalecer a comunidade acadêmica, funcionários, docentes e discentes na temática da educação inclusiva. Entre outras, as atividades tiveram o foco no caráter informativo sobre o tema e no sentido de capacitação sobre os direitos das pessoas com deficiência e necessidades educativas especiais no ensino superior.

A manutenção do fluxo constante de informações e experiências sobre a educação inclusiva e formas de Atendimento Educacional Especializado – AEE é fundamental para a avaliação do projeto e melhoria das ações. Este é o objetivo principal do NInA em Rede. Como integrante desta equipe do NInA compreendo a relevância do projeto e acredito que só através de iniciativas como esta podemos avançar para uma educação inclusiva efetiva na Unipampa, porém posso afirmar que ainda “engatinhamos” nos *Campi* quanto a execução das propostas de Atendimento Educacional Especializado – AEE. Enfrentamos barreiras quanto à socialização de informações e colaboração de todos profissionais envolvidos no processo. Dificilmente é possível elaborar um plano de trabalho para Atendimento Educacional Especializado em conjunto com os professores e equipe do NuDE para ser utilizado com os alunos com deficiência. O atendimento especializado pode materializar-se como traz Watzlawick (2011, p. 20),

A “necessidade especial” pode se confirmar como a necessária ausência em sala de aula, uma maior iluminação e ou, ainda por prazos e tempos diferentes para a conclusão de suas tarefas relacionadas à condução do ensino e à aprendizagem.

No entanto, as ações tornam-se isoladas e sem sequer algum tipo de orientação pedagógica, metodológica, social e de utilização de recursos específicos.

Também como proposta integrante do NInA identifica-se o Programa de Acompanhamento dos Estudantes – PADE que visa apresentar ações planejadas

para acompanhar e prover condições aos estudantes para que estes permaneçam e concluam seus cursos com qualidade e sucesso acadêmico. Este programa tem dois focos distintos, um deles propõe o Atendimento Educacional Especializado – AEE para os estudantes com deficiência e a outra dimensão é o atendimento aos estudantes com dificuldades de aprendizagem. A proposta metodológica requer que seja realizado um cadastro de todos os alunos com deficiência ingressantes na Universidade e suas respectivas necessidades educacionais especiais, geração de relatórios periódicos do desempenho dos estudantes com a identificação dos casos de baixo rendimento, realização de entrevistas com os estudantes em acompanhamento, elaboração conjunta dos planos de AEE, elaboração de planos de superação que constem as ações da instituição para garantir a permanência dos estudantes e condições necessárias para a efetiva aprendizagem. As equipes que deveriam operacionalizar este programa são basicamente os profissionais do NuDE e professores com o apoio técnico e supervisão da PRAEC. No entanto, ainda carecemos de medidas efetivas que corroborem para o pleno exercício desta atividade. Nossas iniciativas ainda não contemplam tudo que está planejado para esta atividade, porém aos poucos estamos tentando nos aproximar dos professores e apresentar esta proposta de trabalho que muitas vezes é recebida com pouco entusiasmo e outras vezes é recebida com boa receptividade.

Ainda na perspectiva de promoção de programas de inclusão educacional é que surgiu o Projeto Unipampa Acessível que tem como objetivo promover o acesso à informação e aos espaços por parte dos estudantes, servidores e comunidade em geral. A estratégia pedagógica do projeto prevê adaptações metodológicas nos processos de ensino/aprendizagem e apoio pedagógico direcionado para formação geral ou específica dos estudantes. Para o desenvolvimento do projeto se fazem necessárias as seguintes ações: - Adotar os princípios do desenho universal na página web da Unipampa e em todas as mídias utilizadas para divulgação de conteúdos e informações de modo a realizar avaliação de acessibilidade no sítio da Unipampa e em todas suas páginas, dentro das prioridades elencadas pelo Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico e realizando correções para que todas as pessoas acessem as informações e interajam na e com a universidade, de forma autônoma; nos espaços de convivência fazer a adaptação e sinalização de

sanitários; rebaixamento de meios-fios; aquisição e instalação de equipamentos de acessibilidade; reserva de vagas nos estacionamentos; disponibilização de documentos em áudio; maquetes táteis para pessoas com deficiência visual, colocação de sinalizadores visuais, táteis e sonoros, etiquetas em braile, pisos sinalizadores; nas bibliotecas promover acessibilidade arquitetônica, com descrição detalhada desde a porta de entrada da Biblioteca, passando pela área de recepção, guarda-volumes e balcão conforme NBR 9050 da ABNT; espaço interno com organização que preveja circulação de cadeirantes, pessoas com deficiência visual e mobilidade reduzida; pavimento antiderrapante, pavimentos táteis direcionais, pavimentos táteis de alerta; nos transportes a compra de veículos com acessibilidade; nos serviços a contratação de intérpretes/tradutores de LIBRAS para eventos; - Instituir um sistema de ouvidoria, onde as pessoas possam contribuir apontando as dificuldades que encontram em acessar os espaços físicos e virtuais da Universidade. Os recursos materiais que estão sendo adquiridos pelo projeto contemplam a aquisição de recursos de tecnologia assistiva como teclados numéricos, lupas eletrônicas, software leitores de tela, maquetes e mapas táteis, sinalizadores, impressoras Braille, scanner para digitalização de livros na perspectiva da estruturação da Biblioteca Acessível, teclados numéricos e outros. Quanto aos recursos humanos a ideia é que a equipe de técnicos do NuDE e bolsistas sejam responsáveis pela adaptação de materiais e acompanhamento dos estudantes com deficiência e que haja um intérprete/tradutor de Libras para cada *Campi*. De fato, o que hoje é possível identificar de concreto com o desenvolvimento deste programa é a aquisição de alguns recursos de tecnologia assistiva e adaptação arquitetônica do prédio do Campus para acessibilidade das pessoas com deficiência.

5 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa qualitativa descritiva. Segundo MINAYO (2007, p. 21), esse método permite identificar um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificada. É uma modalidade metodológica que “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.”

A coleta de dados foi realizada através de um estudo de caso que foi desenvolvido diante da realidade da Unipampa, mais precisamente no Campus Jaguarão. A escolha por esta modalidade de pesquisa se deu pelo fato da instituição ser o local de trabalho desta autora e também por ser a forma mais adequada para atingir os objetivos deste estudo. Segundo GIL (2009, p. 54), o estudo de caso é um estudo aprofundado de um determinado assunto que permite visão global a cerca do problema e de maneira abrangente, além de pontuar os fatores que influenciam ou são influenciados pelo problema. Tem entre outros propósitos o de “descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação”.

A proposta contemplou uma análise sobre a execução dos programas de inclusão educacional na Unipampa, com ênfase na experiência do Campus Jaguarão. Para isso, foram feitas análises de documentos e pesquisas exploratórias que se materializaram basicamente em entrevistas com os profissionais que operacionalizam esses programas no Campus e levantamento bibliográfico.

6 ANÁLISE DE DADOS

Conforme Minayo (2008, p. 79) a análise de dados constitui uma das etapas do processo de pesquisa

Seu foco é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar. Esse estudo do material não precisa abranger a totalidade das falas e expressões dos interlocutores porque, em geral, a dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características costumam ter muitos pontos em comum ao mesmo tempo que apresentam singularidades próprias da biografia de cada interlocutor.

As informações a serem contempladas a seguir referem-se às entrevistas realizadas com os servidores que compõem o NuDE do Campus Jaguarão. O objetivo da entrevista foi buscar nas falas dos colegas as suas percepções a cerca de como vem se desenvolvendo as políticas de inclusão no ambiente universitário da nossa Universidade. Nesse sentido, procurou-se evidenciar o quanto os profissionais estão envolvidos no processo de inclusão educacional na Unipampa.

6.1 As entrevistas

Segundo Minayo (2008, p. 64), “a entrevista tem o objetivo de construir informações pertinentes para o objeto de pesquisa [...]”. Nesse sentido, as entrevistas realizadas buscaram compreender a ótica dos entrevistados a respeito de como vêm sendo conduzida pela Unipampa, as políticas e programas de inclusão educacional.

Foram entrevistados dois profissionais, entre eles, um Técnico em Assuntos Educacionais e uma Pedagoga. Ambos desenvolvem suas atividades no NuDE, sendo que o técnico em assuntos educacionais ainda possui outras demandas externas a este setor que é a Coordenação da Comissão Local de Extensão.

Em relação aos questionamentos (APÊNDICE A), os dois entrevistados dizem ter conhecimento das propostas de educação inclusiva desenvolvidas na Unipampa. Quanto à forma como a Universidade desenvolve os programas de inclusão tiveram-se duas respostas distintas que refletem na percepção que cada profissional tem a respeito do assunto.

O primeiro entrevistado, com o cargo de técnico em assuntos educacionais, entende que a Unipampa apenas dá andamento à política implementada pelo MEC e não por iniciativa própria e sugere que este fato tem consequência na pouca importância que os profissionais da educação que compõem a instituição têm sobre o tema. E em decorrência disto, a instituição recorre ao NuDE de cada *Campi* para compensar essa ausência. Na visão do entrevistado, falta uma abordagem mais profissional para tratar o assunto. Esse mesmo profissional relata que se envolve pouco com a execução destes programas, porém tem uma simpatia pelo tema.

A segunda entrevistada, com o cargo de pedagoga, percebe que a Unipampa está começando sua caminhada no sentido de promover a inclusão no ensino superior, porém acredita que com o tempo, a experiência e o envolvimento dos profissionais as ações possam ganhar êxito e de fato se possam desenvolver programas de inclusão e acessibilidade na Universidade. A profissional diz ter pouca experiência no que tange o assunto da inclusão educacional no ensino superior, mas tem interesse e disposição para se envolver e conhecer mais sobre o tema. Aponta como preocupação a necessidade dos profissionais se perceberem como atores desse processo e responsáveis pelas ações de todo grupo envolvido.

Os princípios da educação inclusiva vêm se fortalecendo desde a década de 90, e, portanto, são essas mudanças no sistema de ensino que compõem conforme PRIETO (2006, p. 32) a universalização do ensino de qualidade como direito de todos os alunos. Portanto, é compreensível que somente após receber alunos com deficiência na Universidade que estes profissionais passam a ter um olhar mais atento para essa questão da inclusão. Quando os entrevistados revelam que possuem “simpatia” pelo tema significa dizer que têm disposição para enfrentar os desafios do “novo”.

A educação inclusiva tem sido caracterizada como um “novo paradigma”, que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada...pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino. (PRIETO, p. 40, 2006)

Por outro lado, entende-se que não basta somente estar disposto e sim estar preparado para tal tarefa. Contudo, a Universidade deve ser vista como espaço privilegiado para a construção do conhecimento, o acesso a informação e

comunicação. Essa consciência da importância e da necessidade de ações inclusivas no ensino superior compreende obrigatoriamente

O planejamento e a implantação de políticas educacionais para atender a alunos com necessidades educacionais especiais requerem domínio conceitual sobre inclusão escolar e sobre as solicitações decorrentes de sua adoção enquanto princípio ético-político, bem como a clara definição dos princípios e diretrizes nos planos e programas elaborados, permitindo a (re)definição dos papéis da educação especial e do *locus* do atendimento desse alunado. (PRIETO, p. 35, 2006)

Um dos maiores obstáculos para que possamos atingir o patamar da educação para todos é o fato de que a inclusão educacional não pode ser vista apenas como a garantia do acesso, através da matrícula, mas sim a garantia de condições favoráveis à sua autonomia acadêmica e social. Essas condições requerem que os profissionais estejam, de certa forma, preparados para lidar com essa demanda. Sugere-se um trabalho anterior a chegada dos alunos com deficiência, ou seja, a instituição deve oferecer, como exemplo, capacitações com a temática da inclusão para todos os profissionais que irão atender prioritariamente esses alunos.

Segundo PRIETO (2006, p. 40) a proposta de atender alunos com deficiência, que possuam necessidades educacionais especiais, implica na reorganização do sistema educacional com a necessária revisão das concepções e paradigmas sobre as práticas dos profissionais da educação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero diante do exposto nesse trabalho que a educação inclusiva no ensino superior ainda é uma tarefa em construção e que exigirá uma reorganização do sistema educacional universitário. A Unipampa por se tratar de uma Universidade criada recentemente está apenas no início da sua trajetória como instituição de ensino universitário e em decorrência disto, no princípio da sua trajetória como uma Universidade de caráter inclusivista.

É evidente que ainda estamos no patamar de reprodução das políticas e programas implementados pelo MEC e, claro, de acordo com o marco legal. No entanto, acredito que a Universidade precisa antes de tudo romper com a ideia de apenas reproduzir as ações de inclusão que estão respaldadas no marco legal de regulação das políticas de inclusão e nas diretrizes do MEC. É a partir desse rompimento que vamos avançar no sentido de promover inclusão educacional de fato.

Conforme pudemos identificar no decorrer do trabalho, a Unipampa apenas desenvolve como proposta de inclusão educacional os programas que estão relacionados ao Programa Incluir/MEC. Sendo que, algumas das propostas ainda estão em fase de elaboração e planejamento, como por exemplo, o Projeto Unipampa Acessível.

Quando no decorrer do trabalho mencionei que a Unipampa ainda está “engatinhando” no sentido de promover a inclusão dos estudantes com deficiência que ingressam na Universidade, que ainda não há uma interação saudável entre todos os profissionais é exatamente neste aspecto que precisamos potencializar e aprimorar as nossas práticas.

Por outro lado, observa-se o avanço da legislação e a ampliação do marco legal de regulação das políticas de inclusão educacional. Enquanto isso, nós, profissionais da educação que atuamos nos espaços inclusivos devemos nos aproximar e conhecer mais essas normatizações. Além disso, é nosso dever primar pela efetivação dos direitos das pessoas com deficiência que estão garantidos na legislação.

É necessário se inovar as formas como vêm de articulando e realizando os programas de inclusão na Universidade. Para isto, é preciso criar novos instrumentos norteadores dum projeto de inclusão mais abrangente e eficaz. Portanto, este estudo que se propôs na forma de trabalho de conclusão de curso de Gestão Pública pretende servir como guia e como indicador do processo pedagógico e de transformação da gestão universitária, que seja um ponto de partida para muitas e boas descobertas, sistematização teórico-práticas e para a obtenção de propostas e estratégias aos desafios no campo da educação inclusiva na Unipampa.

Ainda, há que se considerar que este trabalho não foi melhor elaborado e estruturado tendo em vista as inúmeras dificuldades de se realizar uma orientação à distância. Apesar da disposição do orientador para contribuir com a construção deste trabalho, senti a necessidade de mais momentos de interação, principalmente, no que tange a elaboração da estrutura do trabalho. A forma como foi sendo cobrada a produção, em fragmentos a serem postados na plataforma, não permitiu uma visão da totalidade do trabalho.

Mais que isso, diante da complexidade do tema gostaria de ter realizado uma o pesquisa mais abrangente e com fundamentação teórica mais coerente. No entanto, o período de elaboração da monografia não é propício para tal. No meu caso, situou-se num momento tumultuado do exercício profissional, pois, final e início de ano letivo demanda muito trabalho. Contudo, gostaria de ter expandido o estudo para a realidade de toda Universidade e não apenas do Campus Jaguarão. Porém, foi feito o possível para trazer um olhar sobre aspectos relevantes da educação inclusiva no âmbito do ensino superior e quem sabe será um encorajador para a construção de um projeto de inclusão educacional na Unipampa.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília.** DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2007.

CARVALHO. José Sérgio. **Educação, Cidadania e Direitos humanos.** Petrópolis: Vozes:2004.

_____. **Declaração de Salamanca,** 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 29 de fev. 2012.

DESLANDES, S.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. (organizadora). **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade.** 25. Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Direito à Educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais /** Organização: Ricardo Lovatto Blattes. – 2. Ed. – Brasília: MEC, SEESP, 2006.

GIL. Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa /** Antonio Carlos Gil. – 4. Ed. – 12. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

_____. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.** Brasília: República Federativa, 1996.

_____. Lei 7853 de 24.10. 1989 – **Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência na Integração Social.**

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **INCLUSÃO: compartilhando saberes /** Lúcia de Araújo Ramos Martins – [et al.] organizadores. 5. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** /Maria Teresa Egler Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto, Valéria Amorim Arantes, organizadora. São Paulo: Summus, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social Teoria, Método e criatividade.** 27 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PAULON, Simone Mainieri. **Documento subsidiário à política de inclusão** / Simone Mainieri Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

UNIPAMPA. **Projeto Institucional**, 2009. Disponível em: http://www.unipampa.edu.br/portal/arquivos/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AG0_2009.pdf. Acesso em: 1 mar.2012.

VIANNA, Maria Fernanda Piovesan. **Educação Inclusiva e Serviço Social: a contribuição do Assistente Social no acesso a educação para todos**. 2010. Dissertação (Especialização em Educação Inclusiva), UNICID, Santa Maria, 2010.

SILVA, Jocenir de Oliveira. **Processos de Inclusão Social Ilusórios: Um novo olhar frente à diversidade no contexto educacional**. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós graduação em Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2009.

DUTRA, Claudia Pereira. **Inclusão**. Revista de Educação inclusiva, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf> Acesso em: 17 mar. 2012.

Programa incluir. Brasília: MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12257:programa-incluir&catid=241:programa-incluir&Itemid=495 Acesso em: 05 mar. 2012

WATZLAWICK, Jaqueline Aparecida de Arruda. **As (im)possibilidades de inclusão na educação superior**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de pós-graduação em educação, UFSM, Santa Maria, 2011.

APÊNDICE A



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
(Modalidade à Distância)**



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

QUESTÕES:

1. Qual seu cargo na instituição?
2. Você tem conhecimento das propostas de educação inclusiva que a Unipampa desenvolve?
3. Qual sua análise sobre a forma como a Unipampa desenvolve os programas de inclusão educacional?
4. Qual sua experiência e envolvimento com esses programas?